



AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA PROPOSTAS ADICIONAIS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.10.24.01

ESTADO DO CEARÁ – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GRANJA - AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA PROPOSTAS ADICIONAIS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.10.24.01. O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Granja/CE - torna público o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados na **Dispensa de Licitação Nº 2023.10.24.01**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME DETALHAMENTO, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE**, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico e no Modelo de Proposta de Preços os quais encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Granja/CE, através do seguinte endereço eletrônico <https://www.granja.ce.gov.br/>. Os interessados deverão encaminhar a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação exigidos no Projeto Básico, através do e-mail: licitacaogranja@outlook.com, até as 09:00h do dia 27 DE OUTUBRO DE 2023. Granja - CE, 24 de outubro de 2023. William Rocha Costa - Agente de Contratação.

Granja/CE, 24 de outubro de 2023.

William Rocha Costa

WILLIAM ROCHA COSTA

Agente de Contratação do Município de Granja/CE



PROJETO BÁSICO



1. ORGÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME DETALHAMENTO, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E EQUIPE TÉCNICA:

4.1. A Prestação dos serviços deverá obedecer a todas as normas necessárias à sua contratação, como também atender todos os critérios técnicos detalhados neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	HORA/AULA	VR. UNITARIO	VR. TOTAL
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME DETALHAMENTO, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE.	336		

4.2 Estrutura Curricular do Curso de Formação;

MÓDULO 1 - O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS E A GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL MUNICIPAL

DETALHAMENTO DO MÓDULO
1. CODIGO DE CONDUTA, HIERARQUIA E DISCIPLINA, CONDUTA TÁTICA INDIVIDUAL
2. USO DA FORÇA E GERENCIAMENTO DE CRISE
3. ABORDAGEM POLICIAL E CONDUTA TÁTICA EM VIATURA DE 04 RODAS E 02 RODAS
4. CONTROLE DE DETIDOS, BUSCA PESSOAL E TÉCNICAS DE AUGEMAÇÃO
5. PROCEDIMENTOS EM DELEGACIA DE POLICIA
6. USO DE EQUIPAMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - EMPO
7. OPERADOR TÉCNICO DE EQUIPAMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO
8. TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
10. PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO E SEGURANÇA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS
11. ETICA NA RELAÇÃO CHEFIA/SUBORDINADO
12. SOBREVIVENCIA POLICIAL, DEFESA PESSOAL E ETICA PROFISSIONAL

MÓDULO 2 - APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

DETALHAMENTO DO MÓDULO
1. ESPAÇO PÚBLICO, GUARDA MUNICIPAL E A SOCIEDADE
2. REINTEGRAÇÃO DE POSSE
3. LEGITIMIDADE DO USO DE FORÇA EM BENEFICIO DA SOCIEDADE

MÓDULO 03 - ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E APH TÁTICO

DETALHAMENTO DO MÓDULO





1. ASPECTOS LEGAIS E BIOSSEGURANÇA
2. AVALIAÇÃO DE SENA, SINAIS VITAIS E CINEMATICA DO TRAUMO
3. AVALIAÇÕES PRIMARIA E SECUNDARIA
4. TRAUMA DE ESTREMIDADES
5. OVACE, CONVULSÃO, QUEIMADURAS
6. PREVENÇÃO E COMBATE A PRINCIPIO DE INCENDIO
7. APH TATICO - MACH
8. FRATURAS E EMORRAGIAS

MÓDULO 04 - COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DO MÓDULO	
1. COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	
2. COMUNICAÇÃO OPERACIONAL	
3. ORDEM UNIDA	
4. A CONCEPÇÃO DE GUARDA COMUNITARIA	
5. A UTILIZAÇÃO DEMOCRATICA DO ESPAÇO PÚBLICO E AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DE VIOLAÇÃO DESSE ESPAÇO: ESTACIONAMENTO ABUSIVO, POLUIÇÃO DAS AGUAS, DEGRADAÇÕES PICHADOES, POLUIÇÃO SONORA, ENTRE OUTRAS	
6. NO ORDENAMENTO DO TRANSITO	
7. PSICOLOGIA APLICADA A SOBREVIVENCIA A CONDUTA POLICIAL	
8. LEGISLAÇÃO	

O Total da carga horário para toda a capacitação deverá possuir 336 horas, envolvendo todos os módulos, acima discriminados.

5. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Trata-se da formação dos 30 (trinta) profissionais da Guarda Municipal, sendo este treinamento fundamental para o exercício de suas funções no Estado Democrático de Direito. Estabelecendo compromisso com a Cidadania, e a prática da administração, aprimorando-se com os permanentes com os avanços tecnológicos e científicos para aplicação em ações cotidianas. Os profissionais da Guarda Municipal possuem papel fundamental para aplicação nas políticas de segurança pública, acompanhando o crescimento das cidades gerindo a diminuição sobre problemas de urbanização e protegendo os bens, serviços e instalações do município.

5.2. O Agente da Guarda Municipal como uma de suas atividades tem entendimento sobre esclarecer e sanar deficiências que impeçam a livre circulação do cidadão e a correta utilização dos serviços públicos urbanos contribuir na prevenção e mediação de pequenos conflitos urbanos, promover o acesso dos cidadãos aos seus direitos, de acordo com suas possibilidades e sua área de atuação, como também prover ações como: o diálogo, a persuasão, a análise crítica e a capacitação de determinadas habilidades, de negociação, de gerenciamento de conflitos, de resolução de problemas. Neste sentido, enfoca as atribuições necessárias para o exercício de suas funções, para a compreensão dos limites e das possibilidades de sua atuação, capacitando-os para lidar com as adversidades e com as dificuldades no enfrentamento das situações que ocorram no executar de suas tarefas cotidianas.

6. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO:

6.1. Os documentos a serem exigidos para a contratação serão os elencados no artigo 62, inciso I – jurídica, II – técnica, III – fiscal, social e trabalhista, todos da Lei Federal nº 14.133/21. Contudo, a documentação que trata o art. 62, conforme disposto no art. 72, inciso III, da Lei 14.133/21, seguirá esses termos:





6.2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2.1 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade de todos os sócios, diretores ou do empresário individual, no caso de sociedade anônima pode ser apresentada a cédula de identidade de seus administradores, membros de conselho de administração e da diretoria acompanhadas dos atos que os nomearam.
- b) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- c) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS E/OU ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- d) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- e) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.2 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

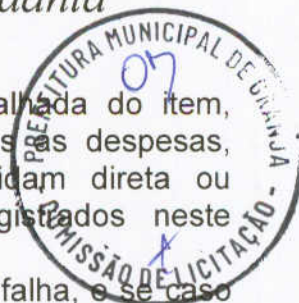
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante (Geral ou ISS);
- f) Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943.

6.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da empresa interessada para desempenho de atividades compatíveis com o objeto almejado.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:





7.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhada do item, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento;

7.2. A licitante deverá garantir a execução dos serviços sem qualquer falha, e se caso constatado alguma imperfeição, terão que executar os serviços novamente e a licitante será submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

7.3. A unidade gestora poderá se valer da análise técnica dos itens propostos, antes da adjudicação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos serviços constantes neste termo.

7.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

8. DA FORMALIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1. Para a execução dos serviços serão emitidas ORDENS DE SERVIÇOS, em conformidade com a proposta vencedora.

8.2. As obrigações decorrentes da presente contratação serão formalizadas mediante lavratura dos respectivos contratos, subscritos pela Secretaria Interessada, representada pelo respectivo Secretário Municipal e o proponente com a melhor cotação de preços, que observará os termos da Lei nº 14.133/21, e demais normas pertinentes.

8.3. A vigência e execução do contratual iniciará na data de sua assinatura extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2023 ou quando realizados empenho total do valor do contrato até o efetivo pagamento do serviço;

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da Secretaria Interessada, o(s) qual(is) deverá(ão) atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços para fins de pagamento.

9.2. A presença da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

9.3. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição dos serviços eventualmente fora de especificação.

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES:

10.1. São **obrigações do fornecedor**:

a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Interessada, de acordo com o especificado neste termo, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da





execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência dos serviços;

c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Granja ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

e) indicar preposto, aceito pela administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

f) aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) objeto(s) ou do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/21;

g) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de Granja/CE;

h) não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à Secretaria interessada, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Interessada, no tocante a realização dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste termo de referência;

k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

l) comunicar imediatamente ao município, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

m) possibilitar ao município efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao município, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do município, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento deste objeto;

q) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste,





nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21, que será observado quando dos pagamentos à CONTRATADA;

r) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Secretária Interessada de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

s) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao município por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução dos serviços, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao município, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente;

10.1.1. O fornecedor autoriza o município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

10.1.2. A ausência ou omissão da fiscalização do município não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas neste termo de referência;

10.2. A falta de quaisquer serviços cujo fornecimento incumbe ao contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

10.3. São **obrigações do CONTRATANTE**:

a) Indicar o local em que deverão ser realizados os serviços;

b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local do serviço desde que observadas às normas de segurança;

c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste projeto básico, após o cumprimento das formalidades legais;

d) Designar servidor para a vistoria e fiscalização do serviço;

e) A comunicação imediata à CONTRATANTE quanto a possíveis dificuldades na execução do contrato;

f) A prestação de informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto ou que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

g) O recebimento do objeto contratado, atestando-o ou rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste termo;

h) A comunicação por escrito e tempestiva à contratada referente a qualquer alteração ou irregularidade na execução deste Contrato;

i) A solicitação de esclarecimento, correção e solução de incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, independente da responsabilidade, mesmo após a conclusão das etapas e do encerramento do contrato e que forem julgadas como necessárias à conclusão do processo de desapropriação e indenização;

j) Os esclarecimentos de condições excepcionais alheias a este termo.

11. DA GERÊNCIA DO CONTRATO:

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) especialmente designado, pelo Gestor da Secretaria Interessada, de acordo com o





estabelecido no art. 117 da Lei Nº 14.133/21, doravante denominado(a) GERENTE DE CONTRATO.

11.1.1. O gerente de contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da(s) contratante(s).

12. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATADO:

12.1. O valor do contrato poderá ser reajustado nos casos previstos em Lei.

13. DO PAGAMENTO:

13.1. O valor global do contrato deverá estar incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução, a serem pagos mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo desta. A citada fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, que atestará a execução do objeto licitado.

8.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os valores contratados;

8.3. Os pagamentos serão efetuados através de cheque nominal ou crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com a CND Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, e CRF do FGTS, o contrato e a ordem de serviços, correspondentes aos serviços prestados, depois de atestado pelo setor competente;

8.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do adimplemento da obrigação e em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

8.5. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.6. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

a) Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;

b) Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;

c) Inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

8.7. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Nº 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo

14. DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;





c) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

14.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município de Granja/CE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

14.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

14.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante o fornecimento do objeto do contrato, para adoção das providências cabíveis;

14.7. Na aplicação da sanção prevista na alínea b), do item 14.1 do contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8. Na aplicação das sanções previstas nas alíneas c) e d), do item 14.1 do contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA:
1001.04.182.0032.2.111.0000 - Gestão Administrativa e Funcionamento da Guarda Civil Municipal. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

Granja/CE, 06 de setembro de 2023.

INACIO SOUSA MAGALHÃES
SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA





SOLICITAÇÃO DE PESQUISA

Setor de Compras
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA/CE.



GRANJA (CE), 18 de setembro de 2023

Solicitamos que nos seja enviada cotação, com referência de preço, em papel timbrado, contendo informações sobre, sede, endereço, e meios de comunicação (telefone, e-mail, fax).

- 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME DETALHAMENTO, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE.**

ITEM	DESCRIÇÃO	VR. UNITARIO	VR. TOTAL
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME DETALHAMENTO, JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE GRANJA/CE. CARGA HORARIA TOTAL 336 HORA/AULA		

2 Estrutura Curricular do Curso de Formação;

MÓDULO 1 - O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS E A GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL MUNICIPAL

DETALHAMENTO DO MÓDULO
1. CODIGO DE CONDUTA, HIERARQUIA E DISCIPLINA, CONDUTA TATICA INDIVIDUAL
2. USO DA FORÇA E GERENCIAMENTO DE CRISE
3. ABORDAGEM POLICIAL E CONDUTA TATICA EM VIATURA DE 04 RODAS E 02 RODAS
4. CONTROLE DE DETIDOS, BUSCA PESSOAL E TECNICAS DE AUGEMAÇÃO
5. PROCEDIMENTOS EM DELEGACIA DE POLICIA
6. USO DE EQUIPAMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - EMPO
7. OPERADOR TECNICO DE EQUIPAMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO
8. TECNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
10. PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO E SEGURANÇA DE LOGRADOUROS PUBLICOS
11. ETICA NA RELAÇÃO CHEFIA/SUBORDINADO
12. SOBREVIVENCIA POLICIAL, DEFESA PESSOAL E ETICA PROFISSIONAL

MÓDULO 2 - APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

DETALHAMENTO DO MÓDULO
1.ESPAÇO PÚBLICO, GUARDA MUNICIPAL E A SOCIEDADE
2. REINTEGRAÇÃO DE POSSE
3. LEGITIMIDADE DO USO DE FORÇA EM BENEFICIO DA SOCIEDADE

MÓDULO 03 - ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E APH TÁTICO

DETALHAMENTO DO MÓDULO
1.ASPECTOS LEGAIS E BIOSSEGURANÇA





- | |
|--|
| 2. AVALIAÇÃO DE SENA, SINAIS VITAIS E CINEMATICA DO TRAUMO |
| 3. AVALIAÇÕES PRIMARIA E SECUNDARIA |
| 4. TRAUMA DE ESTREM IDADES |
| 5. OVACE, CONVULSÃO, QUEIMADURAS |
| 6. PREVENÇÃO E COMBATE A PRINCIPIO DE INCENDIO |
| 7. APH TATICO - MACH |
| 8. FRATURAS E EMORRAGIAS |



MÓDULO 04 - COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DO MODULO

- | |
|---|
| 1. COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PUBLICA |
| 2. COMUNICAÇÃO OPERACIONAL |
| 3. ORDEM UNIDA |
| 4. A CONCEPÇÃO DE GUARDA COMUNITARIA |
| 5. A UTILIZAÇÃO DEMOCRATICA DO ESPAÇO PUBLICO E AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DE VIOLAÇÃO DESSE ESPAÇO: ESTACIONAMENTO ABUSIVO, POLUIÇÃO DAS AGUAS, DEGRADAÇÕES PICHACHÕES, POLUIÇÃO SONORA, ENTRE OUTRAS |
| 6. NO ORDENAMENTO DO TRANSITO |
| 7. PSICOLOGIA APLICADA A SOBREVIVENCIA A CONDUTA POLICIAL |
| 8. LEGISLAÇÃO |

O Total da carga horário para toda a capacitação deverá possuir 336 horas, envolvendo todos os módulos, acima discriminados.

A validade da cotação é de 60 (sessenta) dias

Assinatura
Representante da Empresa

